

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PERVERSO: A Precariedade do Saneamento Básico na Favela Jardim Nova Esperança em São José dos Campos – SP

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.16040>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 4/10/2024

Publicado em: 2/1/2025

José Moacir de Sousa Vieira¹; Mario Valério Filho²; Rodolfo Moreda Mendes³;
Cilene Gomes⁴; Luana Braz Villanova⁵

RESUMO

Considerando o território como um espaço vital para a ação humana, a Abordagem Territorial do Desenvolvimento é centrada na intervenção nesse espaço e suas transformações sociais. Assim, o território abrange tanto objetos quanto ações, representando um espaço habitado, vivido e moldado pelos homens. Este artigo visa a realizar uma análise crítica do desenvolvimento territorial do município de São José dos Campos-SP, estabelecendo um paralelo com a evolução da favela Jardim Nova Esperança e a vulnerabilidade de seu saneamento básico, com foco nos serviços de esgotamento sanitário. Embora exista há mais de um século, essa comunidade urbana ainda enfrenta desafios significativos, como a irregularidade fundiária e a precariedade no saneamento básico, apesar de estar situada em um território reconhecido como um dos mais desenvolvidos do Brasil. Adotamos uma abordagem dialética e procedimentos metodológicos baseados em pesquisa documental indireta, utilizando dados estatísticos de órgãos governamentais e com uma revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados revelaram uma realidade de desenvolvimento territorial perverso, marcada por desigualdade, exclusão, segregação socioespacial e carência de acesso a serviços essenciais, como o saneamento básico. Esses resultados preocupantes estão relacionados à concepção integradora e relacional do território, impactando a territorialidade, a identidade e a ancoragem territoriais, além de haver falhas na gestão sob a perspectiva da governança territorial. Este estudo contribui para a compreensão das desigualdades territoriais locais e enfatiza a necessidade de um desenvolvimento territorial mais inclusivo, que melhore a qualidade de vida dos moradores de favelas e de comunidades urbanas, independentemente de sua localização.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial; favelas e comunidades urbanas; saneamento básico; serviços de esgotamento sanitário; Jardim Nova Esperança.

PERVERSE TERRITORIAL DEVELOPMENT: THE PRECARIOUSNESS OF BASIC SANITATION IN THE FAVELA JARDIM NOVA ESPERANÇA IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

ABSTRACT

Considering the territory as a vital space for human action, the Territorial Approach to Development focuses on intervening in this space and its social transformations. Thus, the territory encompasses both objects and actions, representing a space inhabited, lived, and shaped by humans. This paper aims to conduct a critical analysis of the territorial development of the Municipality of São José dos Campos in the state of São Paulo (Brazil), drawing a parallel

¹ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-7779-7216>

² Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9268-8970>

³ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1833-3084>

⁴ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5217-9426>

⁵ Universidade do Vale do Paraíba – Univap. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2048-6525>

with the evolution of the Jardim Nova Esperança favela and its basic sanitation vulnerability, focusing on sewage services. Despite existing for over a century, this urban community still faces significant challenges, such as land irregularity and basic sanitation precariousness, even though it is located in one of the most developed territories in Brazil. We adopted a dialectical approach and methodological procedures based on indirect documentary research, utilizing statistical data from government agencies and a bibliographic review on the subject. The results revealed a reality of perverse territorial development, marked by inequality, exclusion, socio-spatial segregation, and lack of access to essential services, such as basic sanitation. These concerning results are related to the integrative and relational conception of the territory, impacting territoriality, territorial identity, and territorial anchoring, as well as management failures from the perspective of territorial governance. This study contributes to the understanding of local territorial inequalities and emphasizes the need for a more inclusive territorial development that improves the quality of life of favela and urban community residents, regardless of their territorial location.

Keywords: territorial development; favelas and urban communities; sanitation; sanitary sewage services; Jardim Nova Esperança.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a realizar uma análise crítica do desenvolvimento territorial do município de São José dos Campos-SP, estabelecendo um paralelo com a evolução da favela Jardim Nova Esperança e a vulnerabilidade de seu saneamento básico, focado nos serviços de esgotamento sanitário e com base na Abordagem Territorial do Desenvolvimento (Galvanese, 2018). Essa favela, também conhecida como Banhado, evidencia uma contradição crítica no contexto do desenvolvimento territorial, uma vez que está situada em uma das cidades mais desenvolvidas do país (Vieira, 2023). Existente há mais de um século, o Jardim Nova Esperança continua enfrentando problemas persistentes, como irregularidades fundiárias e graves deficiências no saneamento básico, que contradizem a imagem de progresso e desenvolvimento frequentemente associada ao município. Esse cenário reflete a complexa dinâmica de apropriação e controle territorial, na qual o desenvolvimento perverso beneficia desigualmente diferentes segmentos da população (Souza, 2021).

Partindo do entendimento conceitual do território, vamos explorar como a territorialidade humana transcende a simples ocupação espacial, revelando-se em dinâmicas complexas de apropriação e controle. O conceito de *território* tem sido central em estudos no campo da Geografia, do Planejamento Urbano e do desenvolvimento regional. Como abstração, território define um conjunto de relações e processos que variaram ao longo do tempo, adaptando-se aos contextos históricos e às diversas correntes filosóficas e ideológicas que o interpretaram. Historicamente, seu significado evoluiu dentro do campo do pensamento geográfico, no qual diferentes termos e categorias previamente dominavam. Mais recentemente, a Geografia Científica redescobriu e revalorizou o uso do território como ferramenta analítica essencial para compreender a dinâmica socioespacial, restituindo-lhe o protagonismo que havia perdido em favor de outras categorias analíticas (Fuini, 2014).

Compreender a territorialidade é fundamental para analisar como o território é utilizado e transformado ao longo do tempo, o que nos leva à importância da Abordagem Territorial do Desenvolvimento. A territorialidade humana vai além da territorialidade biológica observada em animais, que é primariamente instintiva e focada em poder. A territorialidade em humanos é concebida como uma estratégia espacial deliberada que busca impactar, influenciar e gerir recursos e indivíduos por meio da dominação de espaços específicos. A territorialidade abrange

a área de influência de um Estado, incluindo aspectos legais, e se refere ao senso de pertencimento e poder exercido por indivíduos ou grupos em um espaço específico. Esse conceito também engloba os padrões de movimento de pessoas, que podem variar conforme o tempo. Tais padrões estão ligados à identidade e indicam que diferentes grupos podem associar significados distintos a um mesmo local (Fuini, 2010, 2014).

Com base nessa abordagem, analisaremos como as relações de poder e a dinâmica socioeconômica moldam a concepção de território, impactando diretamente o desenvolvimento urbano. Neste estudo consideramos a perspectiva do território como um espaço vital para a ação humana. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento foca a intervenção nesse espaço e suas transformações sociais. Assim, o território abrange tanto objetos quanto ações, representando um espaço habitado, vivido e moldado pela humanidade (Dallabrida, 2017).

A concepção de território envolve um recorte espacial historicamente construído e caracterizado por complexas relações de apropriação, poder e controle sobre recursos e fluxos, que são influenciados por uma variedade de aspectos políticos, econômicos e culturais. Dentro desse espaço delimitado, o território abriga diversas formas de percepção e expressão, tanto individuais quanto coletivas. Essas manifestações podem representar as dinâmicas de um Estado, de grupos culturais específicos, classes sociais distintas ou atividades econômicas variadas. A compreensão dessas dinâmicas territoriais é essencial para entender como diferentes entidades e indivíduos interagem e moldam o seu ambiente, resultando em uma paisagem que é simultaneamente um produto e um condutor de identidade e função social, econômica e política (Dallabrida, 2017).

Este trabalho utiliza uma abordagem dialética e um procedimento metodológico baseado na técnica de documentação indireta, que consiste em buscar dados relacionados ao objeto de estudo em fontes estatísticas de órgãos oficiais e realizar uma revisão bibliográfica. Essa abordagem é relevante para permitir a análise de contradições, conflitos e processos de mudança, promovendo um diálogo crítico que proporciona uma compreensão mais ampla sobre o desenvolvimento territorial desigual em São José dos Campos. Ademais, oferece uma perspectiva crítica sobre como as estruturas socioeconômicas e políticas contribuem para a perpetuação dessas desigualdades (Marconi; Lakatos, 2021).

A questão de pesquisa levantada foi a seguinte: *Como as complexas interações das políticas de desenvolvimento territorial influenciaram as desigualdades de desenvolvimento entre a cidade de São José dos Campos-SP e a favela Jardim Nova Esperança, em relação à persistente precariedade dos serviços de esgotamento sanitário?*

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade crítica de explorar e entender as disparidades do desenvolvimento territorial e seus impactos nas favelas e comunidades urbanas, pois existe uma significativa contradição entre o desenvolvimento territorial de certas áreas urbanas e a persistente precariedade nas condições de vida de comunidades, com deficiências exorbitantes no saneamento básico.

Neste artigo exploramos o desenvolvimento territorial em perspectiva, refletindo sobre as teorias do desenvolvimento. Em seguida aprofundamos a análise na abordagem territorial do desenvolvimento, discutindo as contradições e desigualdades em um território desenvolvido. Examinamos as implicações desse desenvolvimento territorial desigual e seus possíveis efeitos negativos sobre as comunidades locais em um contexto municipal.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PERSPECTIVA: REFLEXÕES A PARTIR DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Destacamos que o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento regional representam duas perspectivas diferentes de compreensão dos espaços geográficos e sua relação com o desenvolvimento. O desenvolvimento territorial refere-se a um espaço historicamente construído, moldado por influências culturais, históricas e sociais e definido por relações complexas de apropriação, poder e controle de recursos sob influência de fatores políticos, econômicos e culturais. Já o desenvolvimento regional descreve um processo de mudanças sociais e econômicas específicas de determinadas regiões, revelando-se um processo de transformação estrutural contínua, situado histórica e geograficamente, mas também integrado a dinâmicas que transcendem os limites territoriais, visando à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da população (Dallabrida, 2014, 2017).

Ao abordarmos, de forma crítica, o desenvolvimento territorial, observando o contexto de São José dos Campos-SP e a situação antagônica da favela Jardim Nova Esperança, optamos por estruturar esta seção em três partes: uma revisão das abordagens teóricas clássicas do desenvolvimento; um panorama das contribuições de teóricos latino-americanos e brasileiros que trabalharam com as teorias do desenvolvimento e uma exploração de perspectivas mais contemporâneas sobre o desenvolvimento local e regional, destacando as abordagens e enfoques mais recentes e sua relevância para o contexto atual.

Abordagens Teóricas Clássicas sobre o Desenvolvimento

Com base na evolução do conceito de desenvolvimento, podemos agora explorar as abordagens clássicas e como elas moldaram o pensamento contemporâneo. Ao visitar os pioneiros das abordagens teóricas clássicas sobre o desenvolvimento, observamos que o conceito de *desenvolvimento* começou a ser amplamente reconhecido e discutido a partir da metade do século 20. Antes desse período o enfoque predominante era o crescimento econômico, com algumas perspectivas relacionadas ao bem-estar social e ao individual. Essas perspectivas iniciais fundamentaram discussões sobre como as economias podem se transformar de maneira que não apenas incrementem a riqueza, mas também promovam melhorias significativas na qualidade de vida e no bem-estar da população (Moreira; Crespo, 2012).

A Teoria Clássica do Desenvolvimento, originada notavelmente com Smith e estendida por Ricardo até Marx, abrange um período entre 1770 e 1870, aproximadamente, e ainda influencia pensamentos econômicos atuais. Embora sua categorização não seja unânime entre historiadores, essa abordagem é centrada no estudo do “excedente” nas economias capitalistas, como uma preocupação comum entre esses teóricos, apesar de suas diferenças. Esse foco é crucial para entender suas abordagens sobre valor e distribuição econômica, aspectos fundamentais em qualquer teoria econômica. A maneira como o valor é determinado e distribuído entre agentes econômicos enfatiza o caráter distintivo e a relevância contínua do pensamento clássico na análise econômica (Brue, 2005).

Esses teóricos também trazem à tona discussões essenciais sobre acumulação de capital e qualidade de vida, temas que permanecem centrais nas análises contemporâneas do desenvolvimento territorial. Os teóricos clássicos exploraram uma variedade de temas relevantes ao

desenvolvimento, que abordavam desde a acumulação de riquezas até questões de qualidade de vida, bem-estar, crescimento econômico regional, ciência regional e a análise de localização e espaço. Além disso, as perspectivas dos teóricos neomarxistas também trouxeram contribuições essenciais, uma vez que questionam os entendimentos tradicionais do desenvolvimento (Souza, 2005).

Dado o papel desses economistas na formulação da Teoria do Desenvolvimento Econômico, é importante entender como suas ideias se aplicam ao contexto latino-americano e brasileiro. Entre os economistas que moldaram profundamente a Teoria do Desenvolvimento Econômico destacam-se: Adam Smith, David Ricardo, John Maynard Keynes, Alfred Marshall, Karl Marx, Milton Friedman, Joseph Schumpeter, Douglass North, Walt Whitman Rostow, Gunnar Myrdal, Albert O. Hirschman, François Perroux, Robert Solow, Robert Lucas, Samir Amin, Andre Gunder Frank, Paul Baran, Rui Mauro Marini e Amartya Sen. Cada um desses economistas contribuiu com teorias valiosas sobre a acumulação de capital, políticas de crescimento, a importância das instituições e o impacto das políticas econômicas nacionais e globais, o que enriqueceu o campo do desenvolvimento econômico (Gennari, 2009).

Contribuições de teóricos latino-americanos e brasileiros

Com o avanço da teoria econômica, é relevante entender como as perspectivas latino-americanas enriqueceram o debate sobre desenvolvimento regional e territorial. Para compreender adequadamente as contribuições dos teóricos latino-americanos e brasileiros em relação ao desenvolvimento econômico e social, é fundamental explorar a origem e evolução da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Fundada logo após a Segunda Guerra Mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Cepal reuniu um influente grupo de economistas e cientistas sociais em Santiago, no Chile. Esse grupo destacou-se por desenvolver uma estrutura teórica inovadora que não apenas buscou impulsionar o desenvolvimento na região latino-americana, mas também estabeleceu as bases para as políticas econômicas progressistas (Colistete, 2001). Essa nova abordagem, conhecida como “Desenvolvimentismo Cepalino”, defendia a industrialização com apoio estatal como estratégia fundamental para superar o subdesenvolvimento na América Latina, o que exerceu uma influência considerável nas estratégias de desenvolvimento regional e territorial (Rodríguez, 2009).

Essas contribuições refletem o impacto das ideias da Cepal no pensamento econômico brasileiro e nas políticas de desenvolvimento regional. A Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal teve uma recepção positiva na América Latina e, especialmente, no Brasil, onde ganhou força não somente entre os formuladores de políticas, mas também entre empresários, industriais e acadêmicos. Durante os anos de 1950 e 1960 a influência da Cepal foi preponderante, com suas ideias e técnicos que estavam frequentemente no centro dos debates e nas tomadas de decisão econômicas brasileiras. As discussões continuam indagando se a sua influência resultou do apelo ideológico pela industrialização em um país que buscava superar seu passado colonial ou se foi devido à consistência e relevância de seu aparato analítico. A herança intelectual da Cepal e sua assimilação pelo pensamento econômico brasileiro permanecem como questões relevantes para entender a profundidade de sua influência na região (Wanderley; Barros, 2019).

A influência de intelectuais brasileiros e latino-americanos na formulação de políticas de desenvolvimento na América Latina reflete significativamente o impacto desses pensadores no pensamento econômico e nas políticas de desenvolvimento regional e territorial. Destacamos Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Alberto Guerreiro Ramos, Theotonio dos Santos, Osvaldo Sunkel, João Manuel Cardoso de Mello e Orlando Caputo.

A Complexidade do Desenvolvimento Local e do Regional

As discussões sobre desenvolvimento local e regional nos permitem aprofundar na análise das dinâmicas territoriais específicas e como elas influenciam a qualidade de vida das populações. Em relação ao Desenvolvimento Local, observamos uma consonância entre as visões de diversos teóricos e a definição proposta por Buarque (2002, p. 26), que articula este conceito como sendo “o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”. Esse processo depende da interação entre diversas atividades e da colaboração entre múltiplos atores sociais. A análise focada em desigualdades e como a governança territorial facilita a articulação de interesses, visões de mundo e conceitos de desenvolvimento são fundamentais para a eficácia da ação territorial.

Esse enfoque no desenvolvimento local destaca a importância de estratégias de inclusão que fomentem a participação ativa das comunidades na gestão territorial. Apresentamos uma visão alternativa do desenvolvimento local, que envolve a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e requer a participação ativa das comunidades. Esse processo inclui a formação de conexões de ação que promovam a colaboração entre diversos atores sociais, fomentando a mobilização comunitária para fortalecer o poder local, e isso com a inclusão de gênero, meio ambiente e diversidade étnica. Assim sendo, o desenvolvimento local envolve a capacitação das populações para a organização e produção econômica, assim como a integração eficaz de associações, conselhos municipais e organizações públicas e privadas em âmbitos municipal, regional, estadual e nacional. Essa abordagem busca o desenvolvimento econômico e a criação de uma base sustentável para o empoderamento comunitário e a governança territorial inclusiva (Santos; Kenbel, 2015).

Por outro lado, o desenvolvimento regional considera as particularidades geográficas e sociais de cada área, propondo uma intervenção que leve em conta suas especificidades. Ele abrange uma série de transformações sociais e econômicas que ocorrem dentro de uma área geograficamente definida, referida como região. Esse processo, caracterizado por mudanças estruturais continuadas, contribui para o avanço sustentável da área, impactando positivamente a comunidade local e cada indivíduo que nela reside. A definição de uma região para o desenvolvimento é baseada em critérios diversos que abrangem aspectos geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos e etnográficos (Dallabrida, 2017).

Ao propor estratégias de desenvolvimento regional, é essencial que as políticas públicas considerem as especificidades locais, promovendo um crescimento inclusivo e sustentável. O desenvolvimento regional, portanto, visa ao crescimento econômico, ao fortalecimento das capacidades locais e à melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Tal enfoque proporciona uma dinâmica que orienta as políticas e as ações de desenvolvimento, considerando as peculiaridades e os recursos específicos de cada região (Dallabrida, 2017).

Segundo Dallabrida (2017), alguns teóricos propõem abordagens e enfoques na perspectiva de categorizar o desenvolvimento como local e regional. No Quadro 1 apresentamos as abordagens e enfoques teóricos categorizados por Dallabrida (2017), que proporcionam uma visão abrangente sobre o Desenvolvimento Local e Regional.

Quadro 1 – Abordagens e enfoques teóricos sobre o Desenvolvimento Local e Regional

Caracterização teórica
A abordagem sobre acumulação flexível
A escala da regulação
Os distritos industriais italianos do tipo marshalliano
O neoschumpeterianismo ou economia evolucionária
Abordagem neoschumpeteriana sobre o meio inovador
Abordagens neoschumpeterianas sobre sistema de inovação
Abordagens neoschumpeterianas sobre regiões inteligentes, territórios inovadores e dinâmicas de proximidade
A abordagem centrada no papel da classe criativa de regiões engenhosas
A abordagem neoinstitucionalista sobre nova economia institucional
A abordagem neoinstitucionalista sobre capital social
A escola californiana e o enfoque do patrimônio ou ativos relacionais
O enfoque teórico das vantagens competitivas de Porter
O enfoque teórico sobre <i>cluster</i> , arranjos ou sistemas produtivos locais ou regionais
O enfoque teórico da nova Geografia Econômica
Os enfoques teóricos sobre a sociedade ou a economia em rede, cidades mundiais e cidade-região
O enfoque teórico sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual
O enfoque teórico sobre a economia popular e solidária
Os enfoques teóricos sobre desenvolvimento econômico local e desenvolvimento endógeno
A perspectiva da decolonialidade
A perspectiva do pós-desenvolvimento
O enfoque sobre economia circular
Os enfoques sobre sistemas agroflorestais e agroalimentares

Fonte: Adaptado de Dallabrida (2017).

O Quadro 1 inclui uma gama de perspectivas que estudam as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais inerentes ao desenvolvimento em diferentes contextos locais e regionais. Cada abordagem é relevante para compreender como uma variedade de fatores influenciam o desenvolvimento nas escalas local e regional. Os enfoques apresentados são fundamentais para examinar como diversas estruturas e condições locais impactam os processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, as características socioeconômicas e a qualidade de vida das regiões. Além disso, podemos constatar a interdependência entre desenvolvimento econômico e os aspectos sociais e ambientais (Dallabrida, 2017).

É importante ressaltar que os enfoques apresentados refletem a diversidade de perspectivas teóricas que contribuem para a compreensão dos processos de desenvolvimento em contextos específicos, cada uma com suas diferentes dimensões das dinâmicas de desenvolvimento. Essas teorias englobam aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, oferecendo um panorama para entender como as ações em diferentes níveis se interligam e se influenciam mutuamente.

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES EM UM TERRITÓRIO DESENVOLVIDO

A partir da análise das abordagens teóricas, avançamos para a aplicação da Abordagem Territorial do Desenvolvimento, focando nas contradições e desigualdades observadas em São José dos Campos. Tal abordagem oferece uma perspectiva mais integrada, superando as limitações das análises setoriais e disciplinares, sendo especialmente aplicada em regiões com complexas dinâmicas socioeconômicas e culturais (Dallabrida, 2017). Buscamos empregar essa abordagem em São José dos Campos-SP para analisar a evolução da favela Jardim Nova Esperança, destacando as disparidades acentuadas no acesso a serviços básicos de saneamento, especialmente os serviços de esgotamento sanitário. Nesse contexto de precariedade, procuramos considerar os princípios dessa abordagem territorial.

Uso da Abordagem Territorial do Desenvolvimento

Os debates teóricos que fundamentam a Abordagem Territorial do Desenvolvimento refletem a necessidade de uma análise mais ampla e integrada das dinâmicas territoriais. Inicialmente, é importante evidenciarmos que os debates teóricos fundamentais para a Abordagem Territorial do Desenvolvimento começaram na segunda metade do século 20, na Europa e, posteriormente, foram introduzidos no Brasil por pesquisadores após 1980. Esses debates concentravam-se em transformações no meio rural e nas interações entre o rural e o urbano (Carvalho, 2017). Tradicionalmente, o meio rural era concebido como um espaço de vida social e de produção agrícola. Essa perspectiva, contudo, evoluiu para uma visão mais abrangente, que reconhece suas particularidades e identidade, enfatizando a cidadania e a inserção social das comunidades. Nesse contexto, a agricultura começou a ser vista não apenas como uma atividade primária, mas como um setor estratégico para investimentos e aplicação de capital (Dallabrida, 2017).

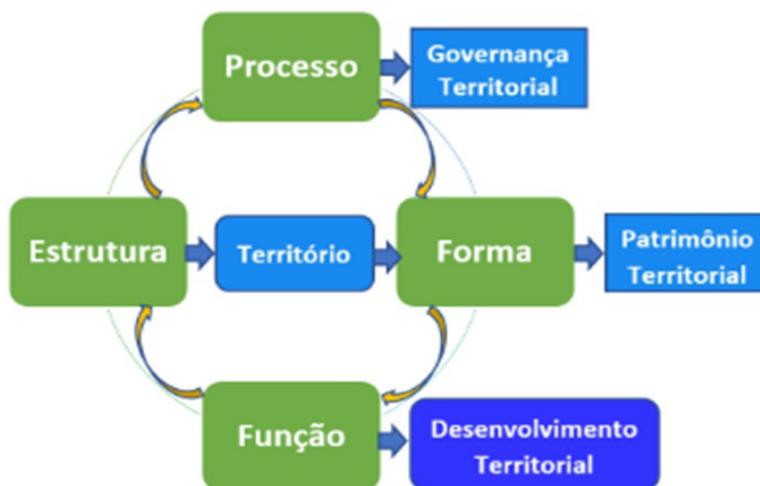
A Abordagem Territorial do Desenvolvimento propõe uma mudança fundamental na maneira como analisamos os espaços rurais e urbanos. Tradicionalmente limitadas às perspectivas disciplinares e setoriais, essas análises são ampliadas por uma visão integrada que abarca a complexidade das realidades socioeconômicas, culturais e ambientais. Dessa forma, a abordagem territorial valoriza a interação e interdependência entre diversos elementos e atores, reconhecendo o território como um espaço dinâmico de diversidade e de relações, em que sistemas produtivos se manifestam e as relações entre humanos e o ambiente se entrelaçam (Dallabrida; Rotta; Bütenbender, 2021).

Os princípios dessa abordagem (totalidade, diversidade, especificidade, pluralismo e interdependência sistêmica) são cruciais para compreender as complexas dinâmicas territoriais, incentivando uma autonomia de ação e facilitando a mediação entre os vários componentes de um território. As correntes teóricas que sustentam essa perspectiva, como a Nova Teoria dos Sistemas, a Teoria da Complexidade, o Materialismo Histórico-Dialético e as Perspectivas Decoloniais, buscam superar as limitações das abordagens eurocêntricas, uma vez que estas propõem uma crítica às metodologias de pesquisa e práticas de desenvolvimento existentes, enfatizando a necessidade de questionar concepções simplistas e promover um conhecimento que represente fielmente as diversas realidades territoriais (Dallabrida, 2020, 2022).

Faz-se necessária a apresentação de uma interpretação geográfica do processo de desenvolvimento territorial que é estruturada em torno de quatro elementos fundamentais: estrutura, processo, forma e função, Os quais são integrados na dinâmica do desenvolvimento territorial. Inspirados nas categorias de análise geográfica propostas por Milton Santos (2008), buscamos relacionar esses conceitos com a dinâmica territorial para compreender profundamente o desenvolvimento localizado. A interpretação geográfica aqui proposta culmina com sugestões metodológicas que valorizam o patrimônio territorial e seus componentes, estabelecendo-os como pontos de partida e de diretrizes para a formulação de estratégias de desenvolvimento focadas em âmbito local (Dallabrida, 2017).

Essa interpretação visa a propor uma nova perspectiva para o desenvolvimento territorial, valorizando o patrimônio local e promovendo uma governança mais inclusiva. O objetivo dessa interpretação é o de propor um referencial que permita explorar novas possibilidades na dinâmica de desenvolvimento local, com relevo na ativação do patrimônio territorial como estratégia central. Detalhamos as interações em quatro categorias: território, governança territorial, patrimônio territorial e desenvolvimento territorial. Aqui a ênfase recai sobre os processos inerentes ao desenvolvimento territorial (Dallabrida; Rotta; Bütenbender, 2021). A Figura 1 nos mostra a representação geográfica do processo na Abordagem do Desenvolvimento Territorial.

Figura 1 – Representação geográfica do processo na Abordagem do Desenvolvimento Territorial



Fonte: Dallabrida (2020, p. 71).

Nesse contexto, o Desenvolvimento Territorial avança como uma resposta crítica às análises convencionais setoriais e disciplinares dos espaços rurais e urbanos, enfatizando a interação e valorizando suas especificidades e identidades. Propõe-se como uma abordagem integradora que percebe a totalidade, a diversidade e a interdependência das dinâmicas dentro de um território.

No Quadro 2 dedicamo-nos a descrever uma série de definições associadas à Abordagem Territorial do Desenvolvimento. Esse compilado reflete a diversidade das interpretações acadêmicas sobre o tema, destacando as contribuições dos pesquisadores Milton Santos (2002), Dallabrida (2017) e Fuini (2010, 2014). Essas perspectivas capturam a essência das discussões em torno da abordagem territorial, evidenciando como diferentes olhares enriquecem o entendimento desse tema.

Quadro 2 – Concepções espaciais ligadas à Abordagem Territorial do Desenvolvimento

Espaço geográfico	Conjunto inseparável composto por um sistema de objetos e um sistema de ações, executadas pelos seres humanos, que evidenciam a constante interação e transformação do espaço. Essa dimensão é modificada pela intervenção humana, integrando dois elementos essenciais: a sociedade e a natureza. O espaço não deve ser percebido como um palco passivo das atividades humanas, uma vez que não é estático nem imutável. Trata-se de um campo dinâmico, que é continuamente moldado pelas ações humanas (Santos, 2002).
Território	Recorte espacial moldado por relações de poder, controle e apropriação. Trata-se da extensão do domínio de um poder, marcado por limites e fronteiras claras. Esse espaço é delineado não apenas por suas características físicas, mas também pelos sistemas de engenharia, normas, instituições e atividades econômicas e sociais que nele operam, configurando o que chamamos de território usado (Santos, 2002).
Região	Região é definida como uma área contínua delimitada com base em critérios específicos, selecionados conforme a necessidade do estudo ou a perspectiva do pesquisador responsável pela análise. Tais critérios podem incluir aspectos sociais, econômicos, culturais, etnolinguísticos ou naturais. A região, como categoria, não possui existência autônoma, sendo uma região funcional do que a engloba; sua definição depende das experiências dos povos e das sociedades que ocupam o espaço, assim como da interpretação do observador que a delimita (Santos, 2002).
Lugar	Considerado pessoal e sujeito a variações, constitui uma das categorias mais individualizadas e mutáveis. Não existe um acordo pleno sobre como definir lugar. Comumente, ele é descrito como o espaço onde as experiências e percepções individuais ocorrem, compartilhado entre diferentes pessoas. Esse espaço é caracterizado por uma sensação de familiaridade e é repleto de memórias que formam a vivência cotidiana dos indivíduos. Pode ser concebido como um microcosmo do mundo, visto da perspectiva das experiências cotidianas (Santos, 2002).
Paisagem	Representa uma composição temporária ou imediata do espaço, percebida através dos sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. Ela é considerada efêmera, sujeita a mudanças rápidas devido ao dinamismo contínuo das atividades que ocorrem no espaço. A forma como cada indivíduo percebe e sente a paisagem também influencia sua caracterização, destacando seu aspecto subjetivo, momentâneo e fragmentário (Santos, 2002).
Territorialidade	Refere-se a uma área sob a exclusiva influência de um Estado, incluindo seu aparato jurídico, normativo e militar. Esse conceito abrange a ação de poder e o sentimento de pertencimento que um indivíduo, grupo ou instituição desenvolve em relação a um espaço específico. A territorialidade envolve deslocamentos e itinerários de grupos e indivíduos que estão ligados a identidades específicas, podendo variar conforme o tempo, criando padrões de territorialidade cíclicas ou transitórias. É possível que grupos distintos estabeleçam territorialidades diferentes a partir de um mesmo local (Fuini, 2010, 2014).
Territorialização	Processo de construção e criação de territórios por meio da apropriação, uso, identificação e enraizamento em determinadas áreas do espaço, guiado por lógicas políticas, econômicas ou culturais. Esse termo também é utilizado para descrever a qualificação ou a organização de um território, evidenciando como diferentes dinâmicas interagem para moldar as características específicas de uma região (Fuini, 2010, 2014).
Patrimônio Territorial	Conjunto acumulado de ativos e recursos, tanto materiais quanto imateriais, originados ao longo da História em um território específico. Esse acúmulo é resultado de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, em interação com o ambiente circundante. O patrimônio inclui elementos herdados de um passado distante que se integram continuamente ao território (Dallabrida, 2017).

Território Político	Normativamente pelo Estado-nação e suas instituições político-administrativas. Esse conceito engloba o controle sobre recursos, a delimitação de fronteiras e a regulação de fluxos populacionais, enfatizando a estrutura governamental e a administração territorial na gestão e no exercício do poder (Fuini, 2010, 2014).
Território Econômico	Moldado pela lógica da ação privada e mercantil, é definido pelo controle de recursos econômicos como matérias-primas, terras, força de trabalho e tecnologia. É caracterizado pelas relações entre capital e trabalho e pela luta de classes. A configuração dos territórios econômicos também é influenciada pelas políticas dos Estados, por meio de seus quadros administrativos e normativos, envolvendo um complexo de interações e regulamentações que definem a estrutura e a dinâmica econômica (Fuini, 2010, 2014).
Território Cultural	Engloba elementos materiais e imateriais, e é caracterizado por um conteúdo ideológico e simbólico. Esse tipo de território é definido pelas relações de apropriação e representação que se formam por meio das práticas do cotidiano, tanto em níveis pessoais quanto coletivos. Ele é fundamental na criação de sentimentos de pertencimento e de identidade, vinculados a um lugar ou a vários, refletindo como as comunidades interagem com seu ambiente e moldam suas expressões culturais e sociais (Fuini, 2010, 2014).
Desterritorialização	Representa o processo inverso à territorialização, caracterizando-se pelo desenraizamento e pela desorganização de territórios. Esse fenômeno ocorre devido à saída ou à perda de vínculos identitários de populações que definem um território ou uma territorialidade, ou por intervenções externas de entidades estatais ou corporativo-empresariais. Estas podem introduzir no território novas dinâmicas de modernização capitalista e controle político que são alheias à sua lógica original. A globalização, como processo e discurso do capitalismo financeiro e monopolista, atua intensamente como um fator desterritorializador. A desterritorialização ligada a catástrofes naturais, conflitos armados e condições de pobreza contribui para a formação de áreas de exclusão social (Fuini, 2010, 2014).
Reterritorialização	Processo ou ação de reconstruir vínculos identitários e de enraizamento de grupos populacionais e atividades em territórios, promovendo uma reorganização territorial. Esse fenômeno é frequentemente moldado pelo encontro com novas lógicas sociais, que pode se manifestar no mesmo local ou em diferentes lugares e até ocorrer simultaneamente em várias regiões, impulsionado pelas tecnologias da informação e comunicação e pelo enfraquecimento relativo dos Estados-nações (Fuini, 2010, 2014).
Multi-territorialidade e trans-territorialidade	A multiterritorialidade e transterritorialidade estão associadas à presença de territorialidades em múltiplos lugares ao mesmo tempo. No contexto de corporações multinacionais, isso se manifesta por intermédio de operações globais que são simultaneamente distribuídas e interconectadas por redes deslocalizadas. Esses conceitos também se aplicam a espaços urbanos e metropolitanos, em que diferentes lógicas e práticas territoriais coexistem no mesmo lugar. A transterritorialidade, por sua vez, está vinculada aos espaços de interação virtual proporcionados por sistemas informacionais. Essa forma de territorialidade possibilita o cruzamento de várias territorialidades existentes e permite a criação de novas territorialidades que não possuem um substrato físico concreto (Fuini, 2010, 2014).
Micro-territorialidade	Refere-se a formas de territorialidade não institucionalizadas e informais, frequentemente associadas a grupos segregados ou minoritários. Essa noção está mais ligada a espaços de pertencimento e representação do que a espaços de controle direto. Manifesta-se em escalas menores, como bairros, comunidades, ruas e praças, em que a identidade e a cultura locais são especialmente salientes e definidoras do caráter do território (Fuini, 2010, 2014).

Desenvolvimento territorial	Processo de mudança continuada, que se situa de forma histórica e territorial, integrada em dinâmicas que abrangem o intraterritorial, o supraterritorial e o global. Esse processo é sustentado pela valorização dos recursos e ativos materiais e imateriais, genéricos e específicos. Seu objetivo é promover a dinamização socioeconômica e aprimorar a qualidade de vida da população local (Dallabrida, 2017).
Governança Territorial	Processo de planejamento e gestão que envolve dinâmicas territoriais sob uma perspectiva inovadora, compartilhada e colaborativa, baseada em relações horizontais. Esse processo, no entanto, é permeado por lutas de poder, debates, negociações e deliberações entre diversos agentes, incluindo representantes estatais, setores sociais e empresariais, e centros acadêmicos ou de pesquisa. Esses processos fundamentam-se na função essencial do Estado, em uma concepção aprimorada de democracia e no papel ativo da sociedade civil, visando a alinhar uma visão de futuro com um modelo específico de desenvolvimento territorial (Dallabrida, 2017).
Ancoragem Territorial	Estar ancorado territorialmente significa estar profundamente enraizado no território, implicando uma relação estreita entre a firma e o território. As firmas que se estabelecem no território influenciam e modificam a ordem territorial, incluindo hábitos, instituições, convenções e a distribuição espacial das atividades (Dallabrida, 2017).

Fonte: Adaptado de Santos (2002, 2012, 2013, 2014), Dallabrida (2017) e Fuini (2010, 2014).

Aqui, passamos de uma análise mais restrita para uma perspectiva integradora, que engloba tanto a estrutura física quanto as interações socioeconômicas, culturais e ambientais. Essa abordagem revela a interconexão dos elementos territoriais e enfatiza a importância da diversidade e das características únicas e essenciais para compreender as dinâmicas do desenvolvimento territorial.

São José dos Campos: Desenvolvimento Territorial e Desigualdades em Saneamento Básico nas Favelas e Comunidades Urbanas

A história de São José dos Campos é marcada por uma série de transformações que influenciaram diretamente sua configuração territorial e as desigualdades internas. São José dos Campos, localizada na região leste do Estado de São Paulo, possui uma trajetória histórica que se iniciou no século 16, como Aldeia de São José do Rio Comprido. Em 27 de julho de 1767 a localidade foi elevada à categoria de Vila de São José do Paraíba e, em 1864, tornou-se cidade. Sua posição geográfica estratégica foi essencial para o seu desenvolvimento, respondendo aos interesses governamentais de aprimorar o transporte de mercadorias e o investimento em infraestrutura. As culturas de algodão e de café foram decisivas para o desenvolvimento econômico da região, surgindo a necessidade de uma ferrovia para facilitar o escoamento desses produtos, projeto que se realizou em 1877. Eis a importância de uma abordagem territorial que compreenda as transformações econômicas e sociais no desenvolvimento de São José dos Campos (Vieira, 2023).

O período sanatorial da cidade, marcado pela construção do Sanatório Vicentina Aranha, exemplifica como as políticas públicas influenciaram o desenvolvimento territorial e a configuração espacial. Na época em que a tuberculose não tinha cura, São José dos Campos se estabeleceu como um importante centro de tratamento da doença, com a construção do maior sanatório do país, o Sanatório Vicentina Aranha, em 1924. Reconhecendo o clima favorável da cidade, o governo de Getúlio Vargas declarou-a Estância Climática, em 1935. Esse período,

conhecido como Sanatorial, durou até o final da década de 50 e foi marcado por significativos investimentos governamentais. Esses aportes foram cruciais para atrair diversas indústrias para a região, contribuindo substancialmente para o seu desenvolvimento econômico (Zanetti, 2008).

A inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, foi um marco fundamental para o avanço de São José dos Campos, aproveitando sua posição estratégica entre Rio de Janeiro e São Paulo. A valorização imobiliária nos arredores da rodovia e a melhoria da infraestrutura atraíram indústrias e residentes de alta renda, e as populações de menor renda foram gradualmente deslocadas para as periferias, carentes de infraestrutura básica. Esse processo de segregação espacial evidencia as profundas desigualdades sociais e urbanas que caracterizam a região, sublinhando a necessidade de políticas públicas que integrem e considerem as especificidades locais no planejamento territorial (Zanetti, 2008). A partir da década de 40, São José dos Campos vivenciou um crescimento populacional expressivo, comparado ao Estado de São Paulo e ao Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução populacional de São José dos Campos (1940 a 2022)

Ano	São José dos Campos	São Paulo	Brasil
1940	36.279	7.180.316	41.236.315
1950	44.804	9.134.423	51.944.397
1960	77.533	12.974.699	70.992.343
1970	148.332	17.958.693	94.508.583
1980	287.513	25.375.199	121.150.573
1991	442.370	31.546.473	146.917.459
2000	539.313	36.969.476	169.590.693
2010	629.921	41.262.199	190.755.799
2022	697.428	44.420.459	211.722.692

Fonte: Adaptada do IBGE (2022).

Com o desenvolvimento industrial, surgiram novas dinâmicas sociais e econômicas que transformaram o espaço urbano e acentuaram a exclusão social. Esse aumento demográfico veio acompanhado de uma notável expansão econômica, marcada pela instalação de grandes indústrias, como a Ericsson, em 1955, e a General Motors, em 1959. A cidade também firmou-se como um polo científico-tecnológico e de inovação, com as inaugurações do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe). A partir da década de 70 ocorreu a chegada de instituições como a Avibras Indústria Aeroespacial S.A., a Engenheiros Especializados S.A. (Engesa) e a criação da Embraer (Papali, 2008).

Esse crescimento acelerado gerou desafios para a gestão territorial, resultando em uma segregação socioespacial que persiste até hoje. Com o desenvolvimento industrial de São José dos Campos, houve uma significativa reorganização do espaço urbano, atraindo trabalhadores de diversas regiões e impactando positivamente a área da saúde, devido aos avanços sanitários mencionados anteriormente. Esse crescimento econômico, contudo, intensificou a urbanização e ampliou as disparidades sociais, levando à evidente segregação socioespacial. Essa dinâmica deslocou uma parte considerável da classe trabalhadora para as periferias, culminando na formação de favelas e comunidades urbanas. Tal situação implica a necessidade de uma

abordagem territorial do desenvolvimento que foque na intervenção espacial e nas transformações sociais que assegurem justiça espacial e qualidade de vida para todos os habitantes (Costa; Forlin, 2010).

As políticas habitacionais instituídas a partir da década de 70 não favoreceram a distribuição territorial equilibrada, uma vez que houve uma preferência pelo adensamento das áreas já dotadas de infraestrutura. Frequentemente, no entanto, tais infraestruturas serviam apenas à população que atendia aos critérios do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Isso resultou na segregação e na exclusão (Costa; Forlin, 2010).

Nas últimas décadas, São José dos Campos enfrentou um crescente déficit habitacional, que contribuiu para a expansão das favelas e o agravamento das desigualdades socioespaciais. As políticas habitacionais postas em prática pelo poder público municipal não conseguiram atender, de forma adequada, às necessidades da população de baixa renda, uma situação que reflete a persistente questão das desigualdades territoriais dentro da cidade. A ineficácia dessas políticas promoveu a expansão de favelas e comunidades urbanas, evidenciando a urgência de uma intervenção mais efetiva e inclusiva na gestão territorial, para garantir o direito à moradia digna para todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade (Vieira; Valério Filho; Mendes, 2024).

Apesar dos avanços tecnológicos e dos reconhecimentos da cidade, as disparidades no acesso aos serviços básicos permanecem evidentes. Recentemente São José dos Campos foi reconhecida como a primeira Cidade Inteligente do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (São José dos Campos, 2023). Essa distinção reflete uma abordagem territorial inovadora de gestão pública, em que a integração da tecnologia visa a aprimorar a qualidade de vida urbana. Paradoxalmente, mesmo com tais avanços, os desafios persistem em áreas como a favela Jardim Nova Esperança, na qual a precariedade do saneamento básico evidencia a desigualdade territorial. Conforme os dados do Instituto Trata Brasil (2022), embora o município figure entre os líderes nacionais em coleta e tratamento de esgoto, essa eficácia não se estende uniformemente por todo o território, destacando uma clara necessidade de desenvolvimento mais inclusivo e equitativo (Tabela 2).

Tabela 2 – Situação do atendimento dos serviços de esgotamento em São José dos Campos

Ano	Índice de coleta de esgoto da população	Índice de tratamento de esgoto da população
2022	100%	94,63%
2021	100%	94,30%
2020	100%	94,15%
2019	100%	92,23%
2018	99,35%	92,20%

Fonte: Adaptada do Instituto Trata Brasil (2022).

Consideramos o território como sendo um espaço vital para a ação humana, em que as intervenções devem fomentar transformações sociais significativas para todos (Santos, 2002, 2012, 2013, 2014). Em São José dos Campos, no entanto, a administração municipal promove

a imagem de uma cidade tecnológica, inteligente, eficiente e eficaz, alinhada aos ideais de uma produção neoliberal do espaço urbano, o que supostamente favoreceria a qualidade de vida e garantiria o exercício pleno dos direitos dos cidadãos. Contraditoriamente, nas favelas e comunidades urbanas essa projeção de imagem não se traduz em realidade, uma vez que os serviços essenciais, como a coleta de esgoto, ainda não são universalmente acessíveis, desafiando a própria noção de desenvolvimento inclusivo e equitativo proposto pela abordagem territorial.

As estratégias de *marketing* urbano utilizadas para elevar o *status* da cidade, tanto nacional quanto internacionalmente, refletem uma política pública que prioriza os interesses neoliberais, beneficiando principalmente os segmentos da população alinhados aos interesses políticos, capitalistas e econômicos dominantes, o que reforça a disparidade no tratamento dado a diferentes áreas e populações dentro do mesmo território (Forti, 2021).

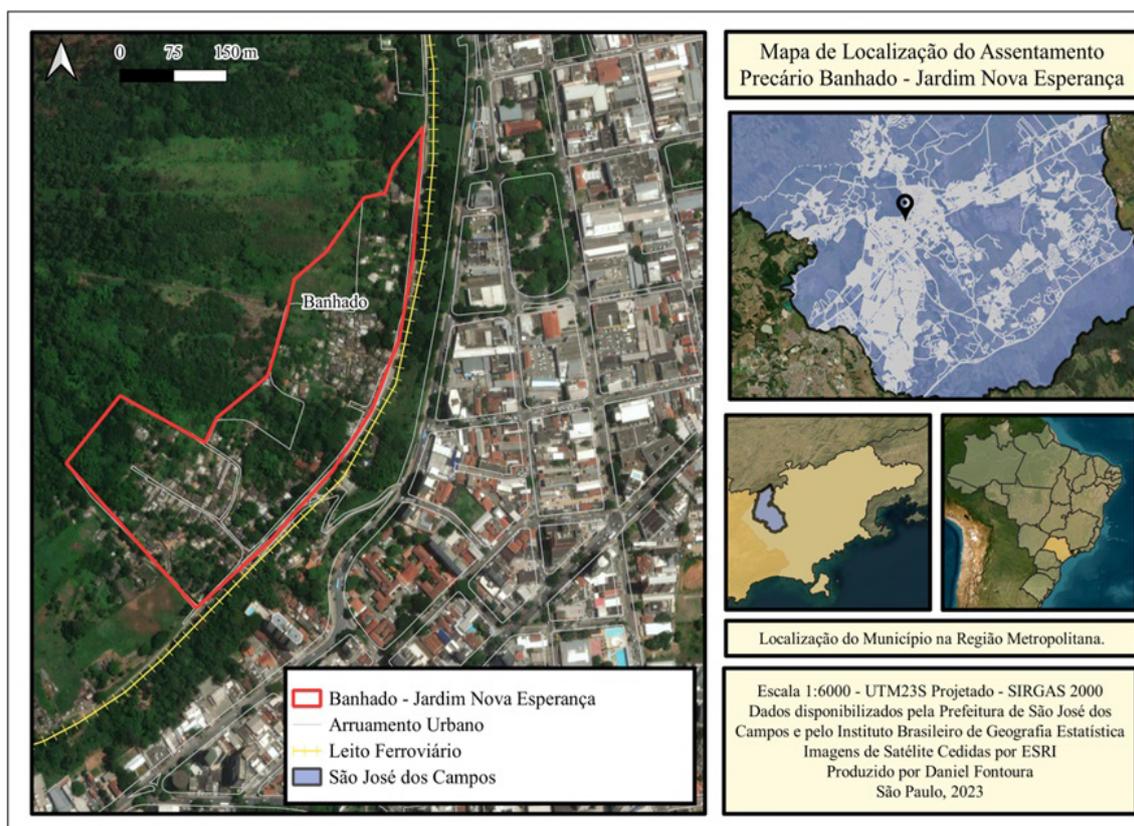
Jardim Nova Esperança: Entre Margens e Desafios no Centro da Desigualdade

A favela Jardim Nova Esperança, uma das comunidades urbanas mais antigas de São José dos Campos, possui um histórico de ocupação irregular que dura quase um século e que é caracterizada pela baixa densidade populacional. As casas, predominantemente térreas, são desprovidas de acabamento, como reboco e pintura, e são frequentemente cercadas de maneira improvisada com madeira e outros materiais. Esse local abriga cerca de 297 famílias, com uma parte envolvendo-se em atividades dentro da própria comunidade, fundamentais para sua subsistência. A maioria dos moradores, contudo, encontra-se empregada no setor do comércio e serviços, beneficiando-se da proximidade com o centro urbano (Souza, 2021).

O cenário atual do Jardim Nova Esperança destaca a urgência de intervenções que promovam a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida. A situação na favela ilustra claramente as disparidades no desenvolvimento territorial, evidenciando a discrepância entre a imagem projetada da cidade e a realidade enfrentada por seus moradores. Isso enfatiza a necessidade de intervenções focadas na transformação social e na melhoria das condições de vida, visando a um desenvolvimento territorial mais inclusivo. No Jardim Nova Esperança ainda não se alcançou a regularização dos imóveis nem as melhorias sociais necessárias para garantir a dignidade, um direito fundamental de todos os cidadãos (Vieira, 2023).

Apesar das adversidades, a comunidade do Jardim Nova Esperança conta com uma rede informal de comércios e serviços que desempenha um papel importante na economia local. Os estabelecimentos comerciais, como bares, mercados e oficinas, operam de maneira informal próximos às residências de seus proprietários. A comunidade também conta com templos religiosos e um centro comunitário, além de uma quadra poliesportiva em condições precárias, que constitui o único espaço público de lazer e entretenimento disponível (Silva, 2020). Além disso, a área do Jardim Nova Esperança desperta grande interesse do setor imobiliário devido à sua localização privilegiada na cidade, como apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Localização da favela Jardim Nova Esperança (Banhado)



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos e IBGE (2022).

A pressão para a remoção do Jardim Nova Esperança reflete a persistente exclusão social e a marginalização de comunidades vulneráveis. Parte da elite local apoia a remoção do bairro, argumentando que ele aumenta a violência e prejudica a imagem da zona central da cidade. Acredita-se também que a presença da favela desencoraja o turismo e impacta negativamente o fluxo de consumidores para o comércio e outros serviços locais. Iniciativas têm sido promovidas pela prefeitura, visando a diminuir a população residente, convidando gradativamente as famílias a se realocarem. De acordo com a Tabela 3, em 2014 o Jardim Nova Esperança contava com 460 famílias, entretanto após a adesão de algumas ao Programa de Reassentamento da Prefeitura, apenas cerca de 297 famílias permanecem hoje no local (Sakuma; Moreira Neto; Souza, 2021).

Tabela 3 – Histórico populacional do Jardim Nova Esperança

Ano de referência	Famílias assentadas	Habitantes
1989	250	1.286
1991	272	1.325
2014	460	1.317
2019	297	950

Fonte: Adaptada de Sakuma, Moreira Neto e Souza (2021).

A possibilidade de regularização do Jardim Nova Esperança foi minuciosamente examinada em um parecer técnico, elaborado com a colaboração da Universidade de São Paulo (USP) e seu núcleo de pesquisa do Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades (CEDD). O plano considerou também a posição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que expressou apoio à permanência da favela em sua localização atual. Além disso, o parecer advogou por soluções que preservassem o meio ambiente e garantissem o direito fundamental à moradia (Tavares; Fantin, 2019).

Tornou-se claro que existe uma distribuição desigual de recursos, infraestrutura e serviços públicos nessa área geográfica, o que gera disparidades significativas e compromete a garantia efetiva dos direitos de cidadania. Observamos que, no município, existem territórios privilegiados em contraste com outros que são marginalizados, intensificando as desigualdades sociais e restringindo o acesso aos direitos e oportunidades. Segundo Santos (2020, p. 63), “Morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, que estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los de maneira precária, ainda que pagando preços extorsivos por eles”. Além disso, “Existem cidadãos de diferentes classes; há aqueles que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e aqueles que nem mesmo ainda são considerados cidadãos” (p. 24).

Esse contexto reflete a necessidade de intervenções que priorizem a transformação social e a melhoria das condições de vida, alinhando-se à definição do território como um espaço vital para a ação humana. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento, ao focar na intervenção e nas transformações sociais, destaca a importância de políticas públicas inclusivas que promovam um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, superando os desequilíbrios evidentes e garantindo o acesso pleno ao saneamento básico, direitos e oportunidades para todos os cidadãos (Dallabrida, 2017).

A partir dessa análise reforçamos a importância de uma abordagem territorial que promova a inclusão social e a justiça espacial. O desafio de melhorar a qualidade de vida por meio de saneamento básico adequado, além de promover o bem-estar, pode também contribuir para reduzir a pressão ambiental. Isso é fundamental para um desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável (Favareto; Moralez, 2014). São José dos Campos, com uma trajetória histórica rica, evoluiu para um polo industrial e tecnológico, mas sem um planejamento urbano inclusivo, resultando em segregação socioespacial, e a favela Jardim Nova Esperança evidencia essas desigualdades. Apesar dos avanços tecnológicos e industriais, essa comunidade marginalizada contrasta com sua imagem de progresso (Silva, 2020). A Abordagem Territorial do Desenvolvimento propõe transformações sociais e intervenções que promovam justiça espacial e qualidade de vida integral. Assim, a análise crítica das desigualdades no acesso ao saneamento básico reforça a necessidade de um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável, abordando as disparidades sociais e urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos nossa análise destacando as contradições do Desenvolvimento Territorial em São José dos Campos e as implicações disso para as comunidades marginalizadas. Este artigo abordou o desenvolvimento territorial desigual na favela Jardim Nova Esperança, em São José dos Campos-SP, com foco na precariedade dos serviços de esgotamento sanitário. A pesquisa é

relevante por expor as contradições de um território reconhecido como desenvolvido, mas que ainda apresenta grandes desigualdades sociais e de infraestrutura, evidenciando a importância de uma governança territorial inclusiva e com equidade.

Ao utilizar a Abordagem Territorial do Desenvolvimento foi possível compreender as desigualdades estruturais que perpetuam as condições precárias de vida presentes em São José dos Campos, particularmente no contexto da favela Jardim Nova Esperança. A análise crítica do desenvolvimento territorial da cidade demonstrou que, apesar dos avanços tecnológicos e econômicos que projetam a imagem de um município desenvolvido, persistem significativas desigualdades sociais e de infraestrutura. Essa Abordagem, ao considerar a totalidade e a diversidade das dinâmicas socioeconômicas e culturais, permite uma visão mais integrada e inclusiva, evidenciando as falhas das políticas urbanas que não atendem às demandas heterogêneas dos diferentes segmentos sociais.

O estudo do Jardim Nova Esperança ilustra como o modelo de desenvolvimento urbano adotado falha em incluir as comunidades mais vulneráveis, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. A pesquisa retrata, de maneira contundente, como o modelo de desenvolvimento urbano adotado em São José dos Campos falha em contemplar as necessidades das comunidades marginalizadas. A precariedade do saneamento básico dessa favela, em contraste com os índices elevados de tratamento de esgoto do município, expõe uma contradição entre a imagem de cidade inteligente e a realidade vivida por muitos de seus habitantes. Esse descompasso ressalta a importância de políticas públicas que integrem as especificidades locais e promovam a justiça espacial, assegurando que o desenvolvimento não seja excludente.

Além disso, as políticas de desenvolvimento territorial devem considerar as especificidades e necessidades das diferentes comunidades para promover um crescimento mais justo e equitativo. O enfoque territorial permite a compreensão de que a segregação socioespacial, observada em São José dos Campos, é resultado de uma histórica desigualdade na distribuição de recursos e infraestrutura. A abordagem teórica utilizada neste artigo revela que a falta de inclusão de comunidades, como o Jardim Nova Esperança, nos planos de desenvolvimento urbano, perpetua a exclusão e a marginalização, reforçando ciclos de pobreza e de vulnerabilidade. Assim, a integração das comunidades vulneráveis no planejamento urbano é fundamental para a construção de um território mais justo e equitativo. Eis a necessidade de repensar o desenvolvimento territorial de São José dos Campos sob uma perspectiva mais inclusiva e sustentável. As teorias aqui discutidas, aliadas ao estudo empírico da favela Jardim Nova Esperança, indicam que apenas uma abordagem que valorize a diversidade e as especificidades de cada território poderá efetivamente promover um desenvolvimento que beneficie a todos.

Concluimos que as complexas interações das políticas de desenvolvimento territorial em São José dos Campos resultaram em profundas desigualdades no desenvolvimento entre a cidade e a favela Jardim Nova Esperança. Embora o município tenha sido promovido ao *status* de uma cidade inteligente e tecnologicamente avançada, a persistente precariedade dos serviços de esgotamento sanitário no Jardim Nova Esperança reflete a desigualdade na distribuição de recursos e infraestrutura. As políticas habitacionais e de saneamento não atenderam adequadamente às necessidades das favelas e comunidades urbanas, evidenciando um desenvolvimento territorial excludente. Isso contradiz os princípios da Abordagem Territorial do Desenvolvimento, que enfatiza a inclusão e a sustentabilidade. Por fim, destacamos a necessidade de pesquisas futuras que explorem estratégias de intervenção capazes de promover a equidade e a sustentabilidade no desenvolvimento territorial.

Este estudo contribui para o entendimento das desigualdades territoriais locais e reforça a necessidade de um desenvolvimento territorial mais inclusivo. São necessárias futuras pesquisas que explorem estratégias de intervenção capazes de promover a equidade e a sustentabilidade, investigando a eficácia das políticas públicas de planejamento territorial e propondo alternativas que integrem as necessidades das comunidades vulneráveis. Além disso, recomendamos uma análise comparativa com outras regiões para identificar boas práticas e replicá-las em contextos semelhantes.

Esperamos que a realidade do Jardim Nova Esperança inspire uma transformação inclusiva e sustentável, em que cada lugar da favela, cada morador, cada esforço diário pela sobrevivência promova um olhar por dignidade e justiça. Que a história de Jardim Nova Esperança não seja apenas um testemunho de desigualdades, mas também um farol que ilumina o caminho para políticas territoriais mais justas e inclusivas. Que as águas do Rio Paraíba do Sul, que corta São José dos Campos, possam um dia fluir livremente, limpas e acessíveis a todos, e que as raízes do desenvolvimento territorial se finquem firmemente no solo da equidade, contribuindo para o crescimento de uma cidade na qual todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição social, possam viver em harmonia e dignidade. Que a verdadeira medida do desenvolvimento territorial seja encontrada em lugares que se erguem das adversidades, e que as favelas e comunidades urbanas encontrem a força e a coragem para resistir por um futuro no qual cada indivíduo seja valorizado e cada espaço seja respeitado como um território vital para a ação humana.

REFERÊNCIAS

- BRUE, S. L. *História do pensamento econômico*. 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2005.
- BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.
- CARVALHO, D. R. P. *Análise geográfica dos ambientes de inovação no Brasil: discussão do Programa Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*. 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/31353>. Acesso em: 29 maio 2024.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, p. 21-34, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jxY9NqgCYnFHQZ4Cjr-C9spz/>. Acesso em: 23 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>
- COSTA, S. M. F.; FORLIN, L. G. Urbanização e segregação socioespacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. *Geosul*, v. 25, n. 49, p. 123-158, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v25n49p123/14062>. Acesso em: 23 maio 2024.
- DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 23 maio 2024.
- DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6596>. Acesso em: 22 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6596>
- DALLABRIDA, V. R. *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba: CRV, 2017. Vol. 238.

- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6343>. Acesso em: 23 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>
- DALLABRIDA, V. R. (ed.). *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência*. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.
- FAVARETO, A.; MORALES, R. *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. Porto Alegre: Zouck, 2014.
- FORTI, M. C. *O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos – SP*. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/00005c/00005c79.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. *Terr@ Plural*, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. Acesso em: 28 maio 2024.
- FUINI, L. L. *Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do circuito das águas paulista e do circuito das malhas do sul de Minas Gerais*. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/84455/manifestacoes-da-governanca-territorial-no-brasil-uma-anali>. Acesso em: 29 maio 2024.
- GALVANESE, Carolina Simões. *Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas*. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, SP, 2018.
- GENNARI, A. M. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva Educação, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. *Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil*. 2022. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_do_RS_2022.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2021.
- MOREIRA, S.; CRESPO, N. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 1, n. 2, p. 25-50, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4440>. Acesso em: 7 jun. 2023. DOI: <http://hdl.handle.net/10400.26/4440>
- PAPALI, M. A. *Histori(cidade)s: um olhar multidisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2008.
- RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SAKUMA, A. L.; MOREIRA NETO, P. R.; SOUZA, A. P. M. Habitação social: conflitos entre o rural e o urbano: o caso do Jardim Nova Esperança no Banhado, em São José dos Campos/SP. *Revista Territorialidades*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 68-80, 2021. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades/article/view/693>. Acesso em: 28 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.17648/revistaterritorialidades-v1n2-6>
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2020.
- SANTOS, M. S. T.; KENBEL, C. Uma proposta metodológica de análise de redes sociais para o desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015. Rio de Janeiro, 2015.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Prefeitura de São José dos Campos*. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2022/marco/16/sao-jose-e-certificada-a-primeira-cidade-inteligente-do-brasil/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- SILVA, D. A. *Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão postal de São José dos Campos (1937-2016)*. 2020. 606 f. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9126320. Acesso em: 29 maio 2024.

SOUZA, J. S. de. *Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI*. 2021. 674 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/000059/0000594e.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

SOUZA, N. de J. de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

TAVARES, J. C.; FANTIN, M. (coord./org.). *Plano de urbanização e regularização fundiária do banhado*. São Carlos: IAU-USP: Grupo PExURB, 2019.

VIEIRA, J. M. de S. *Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP*. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.univap.br/items/f032cf6d-4dd4-404f-8414-a8c379a95ce7/full>. Acesso em: 28 maio 2024.

VIEIRA, J. M. de S.; VALÉRIO FILHO, M.; MENDES, R. M. A precariedade dos serviços de esgotamento sanitário nos aglomerados subnormais do Estado de São Paulo: uma chaga de difícil tratamento. *In: RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/8775>. Acesso em: 27 maio 2024.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decolonialidade, geopolítica do conhecimento e virada histórica: rumo a uma agenda latino-americana. *Gestão & História Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2019.

ZANETTI, V. *Os campos da cidade: São José Revisitada*. São Paulo: Intergraf, 2008.

Autor Correspondente

José Moacir de Sousa Vieira

Universidade do Vale do Paraíba – Univap.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional.

Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova, São José dos Campos/SP, Brasil CEP 12.244-390

jmoacir.sv@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

